

**Veículo: O Liberal****Data:** 29/12/2016**Caderno:** Atualidades**Página:** 03**Assunto:** Portos**Tipo:** Notícia**Ação:** Espontânea**Classificação:** Neutra

# MPPA localiza centenas de portos clandestinos

## ORLA DE BELÉM

Fiscalização era destinada a 12 locais, mas se surpreendeu com a quantidade

Da Redação

Com a finalidade de coibir práticas criminosas, fiscalizar, vistoriar e garantir a proteção e a segurança dos passageiros que embarcam e desembarcam em Belém o Ministério Público do Pará realizou na manhã de ontem uma operação em 12 portos da capital. Denominada "Porto Seguro", a ação começou por volta das 5h30, e visou sobretudo combater portos clandestinos e o transporte irregular de passageiros. Duas equipes trabalharam em terra e duas se deslocaram pela água no trecho que vai do Pier das 11 Janelas, na Cidade Velha, até a Universidade Federal do Pará (UFPA), no Guamá.

Ficou constatado que há dezenas de portos clandestinos em Belém funcionando em péssimas condições de infraestrutura. Medidas conjuntas serão tomadas e permanecerá funcionando o porto que se adequar às normas. A primeira fase da operação teve por objetivo levantar a realidade e realizar um trabalho de orientação a respeito das adequações que devem ser feitas por portos e embarcações antes da notificação e possível apreensão.

A vistoria começou pelos

portos da Cidade Velha e seguiu pela Avenida Bernardo Sayão, com orientações à população sobre a possibilidade de denúncias que devem ser feitas com o objetivo de combater irregularidades e o transporte clandestino e inseguro.

O promotor de justiça Nelson Medrado, que coordena o Grupo de Transportes Aquático do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), disse que a situação dos portos de Belém é caótica. "Saímos para fiscalizar 12 portos, mas verificamos que são centenas nesse trecho, e que 80% deles não têm a mínima condição de receber passageiros e prestar um serviço digno e seguro de embarque e desembarque", criticou. Segundo Medrado, poucos apresentam condições satisfatórias. Não atendem a todas as exigências e a maioria é clandestina. "O pior é que nos portos clandestinos só vão operar embarcações clandestinas, que colocam em risco a vida dos passageiros", acrescentou. As equipes encontraram até porto em que o embarque de passageiros é feito por uma tábua.

O promotor enumerou, também, as medidas que precisam ser adotadas para garantir um serviço de qualidade, entre elas condições de acessibilidade, pátio para receber veículos, área coberta, onde os passageiros possam aguardar, segregação urgente entre passageiros e cargas, além de indicações de gratuidade, banheiros e

## Situação caótica deixa usuário sem possibilidade de usufruir de segurança mínima

telefones.

O capitão Carvalho Neto, da Capitania dos Portos, lembrou a importância da participação da população na fiscalização de portos e embarcações em desacordo com a lei. "É a nossa vida que está em jogo. As pessoas podem e devem avisar às autoridades competentes", avaliou.

"O Ministério Público aplicou questionário em todos os portos, com 25 itens, a serem devolvidos", disse Medrado. Os portos foram também notificados a irem ao MPPA prestar declarações. "Entregamos também recomendação e quem quiser funcionar terá que se adequar. Estamos em ação integrada para garantir que o transporte nos rios seja fiscalizado. O que acontece hoje nos rios não pode mais continuar e o estado tem que garantir essa segurança", afirmou.

Participaram da ação integrantes do Fórum Permanente de Transporte Intermunicipal de Passageiros do Estado do Pará, que inclui ainda a Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado (Arcon), Grupo Fluvial da Polícia Militar (GFlu), Capitania dos Portos da Amazônia Oriental e Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).



Equipes se deslocaram por terra e água para orientar e notificar responsáveis